



ACÓRDÃO Nº2142/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12077/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Alvorada - SPA Alvorada.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Jorge de Souza Amorim Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6950/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Alvorada - SPA ALVORADA. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Alvorada (SPA Alvorada), sob a responsabilidade do **Sr. Jorge de Souza Amorim Filho**, exercício 2021, na forma do art. 22, II, da Lei Orgânica nº 2.423/1996 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002, por acatar, com ressalvas, as justificativas no tocante aos achados 3 (fls. 189/238), 5 (fls. 241/261) e 6 (fls. 262/777), isto é:

INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS

ACHADO 3:

Verificamos no inventário dos bens patrimoniais a ausência do valor total dos bens.

SITUAÇÃO ENCONTRADA:

O SPA ALVORADA encaminhou juntamente com a Prestação de Contas o Inventário dos Bens Patrimoniais Permanentes, fls. 49 a 90. Evidenciou-se que foi registrado no Balanço Patrimonial (ANEXO 14) – Bens Móveis – o valor de R\$ 417.356,84, ocorre



ACÓRDÃO Nº2142/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

que no referido Inventário não consta o valor aludido.

EVIDÊNCIA:

Inventário dos Bens Patrimoniais Permanentes, fls. 49 a 90 junto a prestação de contas anual; Balanço Patrimonial (ANEXO 14).

CRITÉRIO LEGAL:

Artigo art. 94, da Lei nº 4.320/64.

INVENTÁRIO DOS BENS DE CONSUMO

PERMANÊNCIA DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ACHADO 5:

Encontrados restos a pagar processados de exercícios anteriores no Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar/AFI/2021.

SITUAÇÃO ENCONTRADA:

Permanência de Restos a Pagar Processados de exercício de 2018, constantes no Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar/AFI/2021.

EVIDÊNCIA:

Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar/AFI/2021.

CRITÉRIO LEGAL:

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TSP 07.

DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL

ACHADO 6:

Realizações de contratações sem cobertura contratual.

SITUAÇÃO ENCONTRADA:

Pagamentos de despesa sem prévio empenho e sem cobertura contratual. EVIDÊNCIA: Relatório de Execução de Despesa por Natureza (sistema AFI/SEFAZ - AM)

CRITÉRIO LEGAL:

Art. 60, da Lei nº 4.320/64 e art. 60, da Lei nº 8.666/93.

Encaminhar os seguintes documentos relativos às contratações acima:

- Parecer Jurídico que fundamentou essas despesas, em cumprimento ao art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93;
- Pesquisa de preços no mercado, no mínimo de 3 propostas, em cumprimento ao art. 40, § 2º, inciso II e art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;
- Justificativa que caracterizou a situação de urgência, em cumprimento ao art. 26, inciso I, da Lei nº 8.666/93;
- Razão da escolha do fornecedor, em cumprimento ao art. 26, inciso II, da Lei nº 8.666/93;
- Termo de Ajuste de Contas, documento necessário para proceder a liquidação dos valores devidos, no qual deverá



ACÓRDÃO Nº2142/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

constar a descrição dos serviços, a atestação minuciosa dos serviços prestados, e a quitação sem ressalvas, pelo prestador dos serviços, em cumprimento ao art. 63, § 2º, inciso I, da Lei nº 4320/64;

f) Publicação do resumo do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial, em cumprimento ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da CF/88, e no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93;

10.2. Determinar que o Serviço de Pronto Atendimento Alvorada (SPA Alvorada) cumpra com maior rigor, sob pena de macular a regularidade da Prestação de Contas Anual, exercício 2022, por reincidência, nos termos do art. 188, III, e), da Resolução nº 04/2002; bem como ensejar aplicação de multa ao gestor, com base no art. 308, IV, b), também da Resolução nº 04/2002, **o seguinte:**

a) encaminhamento do inventário de bens patrimoniais com todos os bens móveis da unidade, na lição do art. 94, da Lei nº 4320/1964;

b) a postura adotada pela unidade concernente à permanência dos restos a pagar processados em 2018, constantes no Demonstrativo de Inscrição de Restos a Pagar/AFI/2021, com base no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP), NBC TSP 07;

c) evitar a realizações de contratações sem cobertura contratual, em fiel cumprimento ao art. 60, da Lei nº 4320/1964 e art. 60, da Lei nº 8666/1993.

10.3. Dar ciência ao **Sr. Jorge de Souza Amorim Filho**, responsável pela Prestação de Contas Anual, exercício 2021, do SPA Alvorada, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.4. Arquivar o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

11- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de dezembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

De / /



Fls. N° _____

Pág. 4

MLNQ/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM